



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1. A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras –, sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br), CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

#### 1.2. Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2016, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 30 de setembro de 2016:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	5.613.570	57,61%	União Federal	113	0,01%	União Federal	5.613.683	47,40%
FINEP	3.231.600	33,17%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	27,28%
Outros	898.801	9,22%	Outros	2.100.186	99,99%	Outros	2.998.987	25,32%
<b>Total</b>	<b>9.743.971</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>2.100.299</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>11.844.270</b>	<b>100,00%</b>

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **1.3. Incorporação da TELEBRAS COPA S.A**

Em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta de incorporação da sua subsidiária integral Telebras Copa S.A., sociedade anônima de capital fechado, e que a Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

A Incorporação faz parte de um processo de reorganização, após a finalização dos eventos para os quais a TELEBRAS COPA foi constituída a fim de prestar serviços de telecomunicações, que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da TELEBRAS.

A Incorporação resultará na simplificação da estrutura societária e operacional atual, com a consequente redução de custos financeiros e operacionais.

Por se tratar de incorporações de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações. A ação representativa do capital social da Telebras Copa S.A. será extinta, promovendo-se os necessários registros contábeis na Telebras.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral oportuna e adequadamente informados a respeito de quaisquer desenvolvimentos relativos à operação de incorporação até sua conclusão.

### **1.4. Programa Brasil Inteligente**

A Telebras vai conectar com banda larga de qualidade 30 mil escolas urbanas e rurais até 2019, beneficiando cerca de 20 milhões de estudantes, com o Programa Minha Escola Mais Inteligente. O programa em 9 de maio de 2016, dentro do programa Brasil Inteligente, a nova fase do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O programa Minha Escola Mais Inteligente é desenvolvido pela Telebras juntamente com os ministérios das Comunicações e da Educação. O objetivo é chegar com uma velocidade média de 78 megabits por segundo (Mbps) em cada escola, facilitando o transporte de conteúdo e o acesso às informações por parte dos alunos e professores.

O Brasil Inteligente prevê, entre outras ações, a universalização do acesso à internet e o aumento da velocidade média da banda larga fixa no País. O objetivo do programa é garantir o acesso à banda larga de alta velocidade para 95% da população e levar fibra óptica para 70% dos municípios até 2018.

O Ministério das Comunicações vai disponibilizar, ainda este ano, R\$ 350 milhões para a conexão das escolas, enquanto o MEC prevê investimentos de R\$ 400 milhões em 2017, R\$ 500 milhões em 2018 e R\$ 600 milhões em 2019.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 22 de março de 2016 na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 7 de novembro de 2016.

### 2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

### 2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

### 2.4 Base de consolidação

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de Investimento	% de Participação		País (Sede)
		30/09/2016	31/12/2015	
Telebrás Copa S.A	Controlada Integral	100%	100%	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A	Coligada	49%	49%	Brasil
Cabos Brasil Europa S.A	Coligada	35%	35%	Brasil

As participações societárias em sociedades controladas ou em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias individuais. Nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas.



## **2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações**

As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

- a. Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21, (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.

Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e, de maneira geral, introduzem melhorias aos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

- b. Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Informações Contábeis Intermediárias. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- i. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- ii. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- iii. IFRS 16 – Lease;
- iv. Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- v. Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
- vi. Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- vii. Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- viii. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- ix. Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação; e
- x. Melhorias Anuais nas IFRS's ciclo 2012 – 2014.

## **3. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 E NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2015**

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e das Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados e reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2016. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos entre os períodos e também para fins de atendimento do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

**3.1. Balanço Patrimonial****3.1.1. Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015**

	Divulgado em 31/12/2015	Controladora							Reapresentado 31/12/2015
		Reclassificações							
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	
ATIVO CIRCULANTE	408.743		(20.618)						388.125
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.910								251.910
Contas a Receber de Clientes	15.685								15.685
Tributos a Recuperar						55.695			55.695
Tributos Federais a Recuperar	54.298					(54.298)			
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)			
Depósitos Judiciais	33.537								33.537
Dividendos a Receber	10.362								10.362
Aplicações Financeiras								1.442	1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)						10.717
Outros Ativos Realizáveis	10.219							(1.442)	8.777
NÃO CIRCULANTE	2.145.786		20.618						2.166.404
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	190.866		20.618						211.484
Aplicações Financeiras	45.885								45.885
Tributos a Recuperar						137.618			137.618
Tributos Federais a Recuperar	121.702					(121.702)			
ICMS a Recuperar	15.916					(15.916)			
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618						20.618
Depósitos Judiciais	1.679								1.679
Outros Ativos Realizáveis	5.684								5.684
Investimentos	84.475								84.475
Imobilizado	1.850.122								1.850.122
Intangível	20.323								20.323
TOTAL	2.554.529								2.554.529
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)				321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248								8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)						
Fornecedores	278.470								278.470
Tributos a Recolher							7.740		7.740
Empréstimos		622							622
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.140								14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250					4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)				
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)		8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107				2.451.508
Tributos a Recolher							434		434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786						47.786
Empréstimos	243.876								243.876
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	94.608								94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965								276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682								48.682
Grupamento de Ações					13.107				13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458								1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600								390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)		14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)								(218.760)
Capital Social	263.145								263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)								(498.737)



# TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações						
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943							
Ações em Tesouraria	(111)							
<b>TOTAL</b>	<b>2.554.529</b>							

	Consolidado							
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações						
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>443.671</b>		<b>(20.618)</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.782							
Contas a Receber de Clientes	38.122							
Tributos a Recuperar						57.005		
Tributos Federais a Recuperar	55.608					(55.608)		
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)		
Depósitos Judiciais	33.537							
Dividendos a Receber	10.362							
Aplicações Financeiras								1.442
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)					
Outros Ativos Realizáveis	16.528							(1.442)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.110.858</b>		<b>20.618</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>185.182</b>		<b>20.618</b>					
Aplicações Financeiras	45.885							
Tributos Federais a Recuperar	121.702							
ICMS a Recuperar	15.916							
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618					
Depósitos Judiciais	1.679							
<b>Investimentos</b>	<b>55.231</b>							
<b>Imobilizado</b>	<b>1.850.122</b>							
<b>Intangível</b>	<b>20.323</b>							
<b>TOTAL</b>	<b>2.554.529</b>							
<b>PASSIVO</b>								
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>382.674</b>		<b>(47.786)</b>		<b>(13.107)</b>			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248							
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)					
Fornecedores	278.470							
Tributos a Recolher							7.740	
Empréstimos		622						
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.140							
Credores por Perdas Judiciais				4.250				
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)			
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.390.615</b>		<b>47.786</b>		<b>13.107</b>			
Tributos a Recolher							434	
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786					
Empréstimos	243.876							
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	94.608							
Credores por Perdas Judiciais	276.965							
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682							
Grupamento de Ações					13.107			
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458							
Receita Recebida Antecipadamente	390.600							
Outras Obrigações	15.426						(434)	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(218.760)</b>							
Capital Social	263.145							
Prejuízos Acumulados	(498.737)							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943							
Ações em Tesouraria	(111)							
<b>TOTAL</b>	<b>2.554.529</b>							



# TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3.1.2. Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2015

	Divulgado em 30/09/2015	Controladora									Reapresentado 30/09/2015
		Reclassificações									
		Capitalização de Encargos	Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	Investimento Equiv. Patrimonial	
ATIVO CIRCULANTE	343.569			(20.224)							323.345
Caixa e Equivalentes de Caixa	210.524										210.524
Contas a Receber de Clientes	12.477										12.477
Tributos a Recuperar							43.232				43.232
Tributos Federais a Recuperar	41.835						(41.835)				-
ICMS a Recuperar	1.397						(1.397)				
Depósitos Judiciais	32.833										32.833
Dividendos a Receber	5.456										5.456
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	29.940			(20.224)							9.716
Aplicações Financeiras								1.392			1.392
Outros Ativos Realizáveis	9.107							(1.392)			7.715
NÃO CIRCULANTE	1.929.087	51.442		20.224							2.000.753
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	185.133			20.224							205.357
Aplicações Financeiras	44.513										44.513
Tributos a Recuperar							133.140				133.140
Tributos Federais a Recuperar	121.702						(121.702)				-
ICMS a Recuperar	11.438						(11.438)				-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos				20.224							20.224
Depósitos Judiciais	1.796										1.796
Outros Ativos Realizáveis	5.684										5.684
Investimentos	84.175										84.175
Imobilizado	1.639.077	51.442									1.690.519
Intangível	20.702										20.702
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098
PASSIVO											
PASSIVO CIRCULANTE	386.712			(46.955)		(13.112)					326.645
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.879										11.879
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	46.955			(46.955)							-
Fornecedores	277.583										277.583
Tributos a Recolher								8.070			8.070
Empréstimos			599								599
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.042										15.042
Credores por Perdas Judiciais					7.814						7.814
Grupamento de Ações	13.112					(13.112)					-
Outras Obrigações	22.141		(599)		(7.814)			(8.070)			5.658
NÃO CIRCULANTE	2.093.151			46.955		13.112					2.153.218
Tributos a Recolher								434			434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados				46.955							46.955
Empréstimos	240.380										240.380
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	89.867										89.867
Credores por Perdas Judiciais	276.965										276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682										48.682
Grupamento de Ações						13.112					13.112
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.146.531										1.146.531
Receita Recebida Antecipadamente	278.168										278.168
Outras Obrigações	12.558							(434)			12.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(207.207)	51.442									(155.765)
Capital Social	263.145										263.145
Prejuízos Acumulados	(475.854)	51.442								(12.258)	(436.670)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.613									12.258	17.871
Ações em Tesouraria	(111)										(111)
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098





# TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Divulgado em 30/09/2015	Consolidado									Reapresentado 30/09/2015
		Reclassificações									
		Capitalização de Encargos	Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar	Tributos a Recolher	Aplicações Financeiras	Investimento Equiv. Patrimonial	
ATIVO CIRCULANTE	378.330			(20.224)							358.106
Caixa e Equivalentes de Caixa	215.289										215.289
Contas a Receber de Clientes	34.914										34.914
Tributos a Recuperar							44.482				44.482
Tributos Federais a Recuperar	43.085						(43.085)				-
ICMS a Recuperar	1.397						(1.397)				
Depósitos Judiciais	32.833										32.833
Dividendos a Receber	5.456										5.456
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	29.940			(20.224)							9.716
Aplicações Financeiras									1.392		1.392
Outros Ativos Realizáveis	15.416								(1.392)		14.024
NÃO CIRCULANTE	1.894.326	51.442		20.224							1.965.992
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	179.449			20.224							199.673
Aplicações Financeiras	44.513										44.513
Tributos a Recuperar							133.140				133.140
Tributos Federais a Recuperar	121.702						(121.702)				-
ICMS a Recuperar	11.438						(11.438)				-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos				20.224							20.224
Depósitos Judiciais	1.796										1.796
Outros Ativos Realizáveis	-										-
Investimentos	55.098										55.098
Imobilizado	1.639.077	51.442									1.690.519
Intangível	20.702										20.702
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098
PASSIVO											
PASSIVO CIRCULANTE	386.712			(46.955)		(13.112)					326.645
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.879										11.879
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	46.955			(46.955)							-
Fornecedores	277.583										277.583
Tributos a Recolher								8.070			8.070
Empréstimos			599								599
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.042										15.042
Credores por Perdas Judiciais					7.814						7.814
Grupamento de Ações	13.112					(13.112)					-
Outras Obrigações	22.141		(599)		(7.814)			(8.070)			5.658
NÃO CIRCULANTE	2.093.151			46.955		13.112					2.153.218
Tributos a Recolher								434			434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados				46.955							46.955
Empréstimos	240.380										240.380
Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	89.867										89.867
Credores por Perdas Judiciais	276.965										276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682										48.682
Grupamento de Ações						13.112					13.112
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.146.531										1.146.531
Receita Recebida Antecipadamente	278.168										278.168
Outras Obrigações	12.558							(434)			12.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(207.207)	51.442									(155.765)
Capital Social	263.145										263.145
Prejuízos Acumulados	(475.854)	51.442								(12.258)	(436.670)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.613									12.258	17.871
Ações em Tesouraria	(111)										(111)
TOTAL	2.272.656	51.442									2.324.098





### **3.1.3. Justificativas para as reclassificações**

Tributos Federais a Recuperar e ICMS a Recuperar: A reclassificação destas rubricas para a rubrica de Tributos a Recuperar, justifica-se pelo fato que os valores dos tributos a recuperar por esfera de governo já é apresentado em quadro específico nas notas explicativas (Nota Explicativa 7).

Empréstimos: O valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) registrado no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) está sendo reclassificado para rubrica específica no passivo circulante “Empréstimos”, para melhor entendimento desta operação.

Tributos a Recolher: O valor de tributos a recolher sobre prestação de serviços reconhecidos no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, os valores destes tributos estão sendo reclassificados para rubrica específica no passivo circulante “Tributos a Recolher”, para melhor entendimento desta operação por parte dos usuários da informação.

Credores por Perdas Judiciais: O valor da atualização monetária da dívida com a PREVI (Nota Explicativa 21) reconhecida no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentada dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor desta atualização monetária está sendo reclassificada para rubrica específica no passivo circulante “Credores por Perdas Judiciais”, de mesma natureza da rubrica em que está reconhecida a dívida original da PREVI no passivo não circulante, melhorado assim, o entendimento da operação por partes dos usuários da informação.

Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): O programa foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os empregados que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho.

O programa contemplava benefícios aos empregados, a serem concedidos quando se desligassem da empresa, constituídos as seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- a) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo empregado no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- b) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- c) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde;
- d) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

Em reunião ordinária da Diretoria realizada em 04 de abril de 2013, conforme ata de número 1145<sup>a</sup> a diretoria decidiu que todos os atuais empregados efetivos da Telebrás, sem exceção (se elegível), têm direito às verbas contidas no Manual do Programa, além daquelas decorrentes da



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lei, quando do seu desligamento, seja, por pedido demissão ou por desligamento por iniciativa da empresa.

Diante do exposto, a Administração entende a que a reclassificação desta provisão do passivo circulante para o passivo não circulante representa de forma mais fidedigna o tempo de realização dos valores desta provisão. Isto se deve, pelo fato que a realização ocorre quando o beneficiário do programa adere e solicita o seu desligamento e/ou quando há o desligamento por iniciativa da empresa.

Estes eventos não são recorrentes e a tendência é que a realização total do programa ocorra em um período superior a um exercício social.

Outro fato importante, que justifica a reclassificação para o passivo não circulante é a impossibilidade de mensurar o valor a ser reconhecido no passivo circulante, em função de não haver um cronograma desligamento e a decisão da adesão ser uma discricionariedade do beneficiário do programa e/ou uma iniciativa da empresa.

Valores a Receber de Colaboradores Cedidos: Devido à reclassificação dos valores da Provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados (item acima) do passivo circulante para o passivo não circulante, a Administração entende que os valores a receber de Colaboradores cedidos a outros órgãos e que são beneficiários do programa, também devem ser reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante para que a qualidade (uniformidade) da informação seja mantida. Os órgãos aos quais estes colaboradores estão cedidos deverão ressarcir a Telebras pelos desembolsos realizados quando do pagamento da indenização.

Grupamento de Ações: Nesta conta está registrado o valor de sobra da fração de ações que não foram possíveis de grupamento em lotes de ações fechados. Este valor deverá ser ressarcido aos acionistas pelo valor corresponde à fração da quantidade de ações detidas e que não puderam ser agrupadas em lotes fechado.

O ressarcimento é operacionalizado pela entidade responsável pela custódia dos títulos, que solicita da Telebras o repasse de valor sempre que houver manifestação dos acionistas em receber tais valores.

O saldo desta conta em 31 de junho de 2016 é de R\$ 13.107, e foi constituída em março de 2011 no montante de R\$ 13.540. A realização deste valor entre a data de constituição e data do último balanço patrimonial (31 de dezembro de 2015) foi de 3,2% do valor constituído, ou seja, R\$ 433.

A julgar pelo nível de realização deste valor percebe-se que a quitação desta obrigação ocorrerá em um período superior a um exercício social, apesar de sua realização está ligada diretamente a manifestação dos acionistas em receber tais valores.

Devido ao histórico de realização de pagamento se apresentar lento e com grande possibilidade de liquidação em período superior a um exercício social, a melhor forma de apresentação desta rubrica no balanço patrimonial seria no passivo não circulante.

Aplicações Financeiras: A Companhia está reclassificando os valores relativos a aplicações financeiras em ações de empresas de telecomunicações e do Fundo de Investimento da Amazônia, que estavam reconhecidos como bens destinados a venda para a rubrica de aplicações financeiras. A reclassificação visa adequar à correta classificação destes investimentos, pois a Companhia não tem a intenção de permanecer com os mesmos. Assim, foi realizada a reclassificação destes investimentos como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda, com mensuração pelo valor justo e a variação reconhecida no patrimônio líquido.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Capitalização de Encargos Financeiros de AFAC e Empréstimos:** A Companhia realizou a reclassificação dos encargos financeiros de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do empréstimo captado junto a FINEP. Estes encargos estão financiando o custo de construção de ativo qualificável e a reapresentação foi aplicada no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2015. Esta reclassificação visa atender aos preceitos da norma CPC 20 – Custo dos Empréstimos, que trata do assunto e também para manter a comparabilidade dos valores apresentados no terceiro Trimestre de 2016. O montante reclassificado foi de R\$ 51.442 e impactou o Resultado Financeiro, o Imobilizado e o Patrimônio Líquido da Companhia.

**Investimentos – Equivalência Patrimonial:** No terceiro trimestre de 2015 ocorreu o reconhecimento indevido no resultado da Companhia de equivalência patrimonial sobre “Outros Resultados Abrangentes de Coligada”. Desta forma, a Companhia está realizando a reapresentação para fins de correção do valor reconhecido de forma indevida no resultado da Companhia, bem como no patrimônio líquido com a transferência do valor de Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes. O montante ajustado foi de R\$ 12.258.

**3.2. Demonstração do Resultado do Período**

	Controladora									
	Período de três meses findo em:					Período de nove meses findo em:				
	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015
		Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.518				15.518	32.538				32.538
Custos dos Serviços Prestados	(40.639)				(40.639)	(116.608)				(116.608)
Lucro Bruto	(25.121)				(25.121)	(84.070)				(84.070)
Receitas / (Despesas) Operacionais	1.645			(12.258)	(10.613)	(24.076)			(12.258)	(36.334)
Comercialização dos Serviços	(4.111)				(4.111)	(10.498)				(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.696)				(12.696)	(40.240)				(40.240)
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.016			(12.258)	6.758	30.514			(12.258)	18.256
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(564)				(564)	(3.852)				(3.852)
Outras Receitas Operacionais	42				42	830				830
Outras Despesas Operacionais	(606)				(606)	(4.682)				(4.682)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(23.476)			(12.258)	(35.734)	(108.146)			(12.258)	(120.404)
Resultado Financeiro	(38.298)	20.218	482		(17.598)	(104.604)	46.694	4.748		(53.162)
Receitas Financeiras	7.419	(3.872)	(519)		3.028	16.602	(7.781)	(521)		8.300
Despesas Financeiras	(45.713)	24.090	1.001		(20.622)	(121.260)	54.475	5.269		(61.516)
Variação Cambial	(4)				(4)	54				54
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(61.774)	20.218	482	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.69	4.748	(12.258)	(173.566)
Prejuízo do Período	(61.774)	20.218	482	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)	(173.566)

	Consolidado									
	Período de três meses findo em:					Período de nove meses findo em:				
	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015
		Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.518				15.518	32.538				32.538
Custos dos Serviços Prestados	(40.639)				(40.639)	(116.608)				(116.608)
Lucro Bruto	(25.121)				(25.121)	(84.070)				(84.070)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Período de três meses findo em:					Período de nove meses findo em:				
	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015	Divulgado em 30/09/2015	Ajustes			Reapresentado 30/09/2015
		Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial			Encargos AFAC	Encargos Empréstimos	Equival. Patrimonial	
Receitas / (Despesas) Operacionais	1.497			(12.258)	(10.761)	(27.891)			(12.258)	(40.149)
Comercialização dos Serviços	(4.111)				(4.111)	(10.498)				(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.709)				(12.709)	(40.253)				(40.253)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.881			(12.258)	6.623	26.712			(12.258)	14.454
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(564)				(564)	(3.852)				(3.852)
Outras Receitas Operacionais	42				42	830				830
Outras Despesas Operacionais	(606)				(606)	(4.682)				(4.682)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(23.624)			(12.258)	(35.882)	(111.961)			(12.258)	(124.219)
Resultado Financeiro	(38.150)	20.217	483		(17.450)	(100.789)	46.694	4.748		(49.347)
Receitas Financeiras	7.566	(3.872)	(518)		3.176	20.417	(7.781)	(521)		12.115
Despesas Financeiras	(45.712)	24.089	1.001		(20.622)	(121.260)	54.475	5.269		(61.516)
Variação Cambial	(4)				(4)	54				54
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(61.774)	20.217	483	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)	(173.566)
Prejuízo do Período	(61.774)	20.217	483	(12.258)	(53.332)	(212.750)	46.694	4.748	(12.258)	(173.566)
Atribuído ao Acionista Controladores	(61.774)				(53.332)	(212.750)				(173.566)

**3.2.1. Justificativas para as reclassificações**

Capitalização de Encargos Financeiros de AFAC e Empréstimos: A Companhia realizou a reclassificação dos encargos financeiros de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do empréstimo captado junto a FINEP, e que estão financiando o custo de construção de ativo qualificável. Esta reclassificação visa atender aos preceitos da norma CPC 20 – Custo dos Empréstimos, que trata do assunto e também para manter a comparabilidade dos valores apresentados no terceiro trimestre de 2016. O montante reclassificado foi de R\$ 51.442 e impactou o Resultado Financeiro, o Imobilizado e o Patrimônio Líquido da Companhia.

Equivalência Patrimonial: No terceiro trimestre de 2015 ocorreu o reconhecimento indevido no resultado da Companhia de equivalência patrimonial sobre “Outros Resultados Abrangentes de Coligada”. Desta forma, a Companhia está realizando a reapresentação para fins de correção do valor reconhecido de forma indevida no resultado da Companhia, bem como no patrimônio líquido com a transferência do valor de Prejuízos Acumulados para Outros Resultado Abrangentes. O montante ajustado foi de R\$ 12.258.

**4. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS****4.1 Fatores de risco**

A Administração da Companhia e sua controlada têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em sua controlada, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **4.1.1 Gestão de capital**

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

### **4.1.2 Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

#### **4.1.2.1 Inadimplência do contas a receber de clientes**

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

#### **4.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e Investimento financeiros**

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido a restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil que estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

### **4.1.3 Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)</b>						
Fornecedores	42.056	42.056				
Empréstimos e Financiamentos	248.341	611	2.914	69.948	104.922	69.946
Acordo Judicial FUNCEF	59.798	326		4.102	12.305	43.065
Acordo Judicial PREVI	147.387	6.054	6.054	20.329	30.494	84.456
<b>Total</b>	<b>497.582</b>	<b>49.047</b>	<b>8.968</b>	<b>94.379</b>	<b>147.721</b>	<b>197.467</b>

**4.1.4 Risco de mercado****4.1.4.1 Risco de taxa de juros**

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxa pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para o este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

**4.1.5 Risco de operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além desse aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da TELEBRAS, tais como a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRAS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- a) Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- b) Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- c) SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- d) Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;
- e) Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (*backbone/backhaul*) e nos acessos (última milha); e
- f) Cumprimento de Acordo de Nível de Serviços Contratados.

A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2015, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização:

Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
<b>TOTAL</b>	<b>129.622</b>	<b>209.233</b>	<b>333.988</b>	<b>442.071</b>	<b>547.043</b>

### 4.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Acordos Judiciais, pois os demais instrumentos financeiros a Administração considera que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, o INPC será de 5,20% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 30/09/2016		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			5,20%	6,50%	7,80%
<b>Credores por Acordos Judiciais</b>					
PREVI	INPC	147.387	155.051	156.967	158.883
FUNCEF	INPC	59.798	62.907	63.685	64.462
<b>Passivo Exposto</b>		<b>207.185</b>	<b>217.959</b>	<b>220.652</b>	<b>223.345</b>
<b>Efeito da Variação do INPC</b>			<b>(10.774)</b>	<b>(13.467)</b>	<b>(16.160)</b>

### 4.3 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e sua controlada estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6), Títulos mobiliários (Nota Explicativa 12), Dividendos a receber (Nota Explicativa 11), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos (Nota Explicativa 23) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

#### 4.3.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros disponíveis para venda; e ativos financeiros mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### 4.3.1.1 Instrumento financeiros ativos

###### 4.3.1.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia e sua controlada. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5).

###### 4.3.1.1.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 5); Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6); e Dividendos a receber (Nota Explicativa 11).

###### 4.3.1.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia tem classificado nesta categoria Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 12).

### **4.3.1.1.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia tem classificado nesta categoria as Aplicações financeiras de garantia dos empréstimos e financiamentos captados junto a FINEP e Aplicações financeiras vinculada ao acordo judicial realizado com a PREVI (Nota Explicativa 12).

### **4.3.1.2 Instrumento financeiros passivos**

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23) e Credores por acordos judiciais (Nota Explicativa 21).

### **4.3.2 Reconhecimento e mensuração**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o



direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.3.3 Estimativa do valor justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada.

##### **4.3.3.1 Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.



# TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	75.093	75.093	75.093	75.093
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	111	111	111	111
Contas a Receber	Custo Amortizado		19.927	19.927	42.365	42.365
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
<b>Mantidas até o Vencimento</b>						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		49.881	49.881	49.881	49.881
<b>Disponível para Venda</b>						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.729	1.729	1.729	1.729
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		42.056	42.056	42.056	42.056
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		248.341	248.341	248.341	248.341
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		342.734	342.734	342.734	342.734

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	251.276	251.276	256.123	256.123
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	634	634	659	659
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.685	15.685	38.122	38.122
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		10.362	10.362	10.362	10.362
<b>Mantidas até o Vencimento</b>						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		45.885	45.885	45.885	45.885
<b>Disponível para Venda</b>						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.442	1.442	1.442	1.442
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		278.470	278.470	278.470	278.470
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		244.498	244.498	244.498	244.498
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		281.215	281.215	281.215	281.215

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Banco Conta Movimento	111	634	111	659
Aplicações Financeiras	75.093	251.276	75.093	256.123
<b>Total</b>	<b>75.204</b>	<b>251.910</b>	<b>75.204</b>	<b>256.782</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)			22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	20.836	16.428	20.836	16.428
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>20.836</b>	<b>16.428</b>	<b>43.273</b>	<b>38.865</b>
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(909)	(743)	(909)	(743)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>19.927</b>	<b>15.685</b>	<b>42.364</b>	<b>38.122</b>

i) A controlada TELEBRAS COPA S.A tem registrado contas a receber referente ao contrato celebrado com o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

**6.1. Valores a receber por idade de vencimento**

A composição do contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	6.072	2.448	6.072	2.448
Não Faturado	2.471	1.248	2.471	1.248
Vencidos	12.293	12.732	34.730	35.169
Até 30 dias	1.251	1.261	1.251	1.261
31 a 60 dias	2.363	1.076	2.363	1.076
61 a 90 dias	1.131	842	1.131	842
91 a 120 dias	1.592	5.584	1.592	5.584
121 a 150 dias	3.001	199	3.001	199
151 a 180 dias	1.261	257	1.261	257
Acima de 180 dias	1.694	3.513	24.131	25.950
<b>Contas a Receber - Bruto</b>	<b>20.836</b>	<b>16.428</b>	<b>43.273</b>	<b>38.865</b>
<b>Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(909)</b>	<b>(743)</b>	<b>(909)</b>	<b>(743)</b>
<b>Contas a Receber - Líquido</b>	<b>19.927</b>	<b>15.685</b>	<b>42.364</b>	<b>38.122</b>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

**6.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa**

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidos a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidos a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que, cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

<b>Vencimentos:</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Faixa de 150 dias (i)	237	237
Faixa de 330 dias (ii)	672	672
<b>Total</b>	<b>909</b>	<b>909</b>

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 909 (R\$ 743 em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	-	-
Adições	(743)	(743)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(743)</b>	<b>(743)</b>
Adições	(631)	(631)
Reversão de Provisão	465	465
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>(909)</b>	<b>(909)</b>

**7. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>42.643</b>	<b>42.369</b>	<b>42.643</b>	<b>42.369</b>
IR a Restituir/Compensar e Retenções (i)	143.376	133.093	144.695	134.403
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.557	22.543	22.557
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.511	5.376	6.511	5.376
PIS e COFINS	18.933	14.918	18.933	14.918
FUST	19	19	19	19
FUNTELL	24	24	24	24
INSS	13	13	13	13
<b>Tributos Federais:</b>	<b>191.419</b>	<b>176.000</b>	<b>192.738</b>	<b>177.310</b>
ICMS a Recuperar	48.971	17.313	48.971	17.313
<b>Tributos Estaduais:</b>	<b>48.971</b>	<b>17.313</b>	<b>48.971</b>	<b>17.313</b>
<b>Total</b>	<b>240.390</b>	<b>193.313</b>	<b>241.709</b>	<b>194.623</b>
<b>Circulante</b>	<b>73.559</b>	<b>55.695</b>	<b>74.878</b>	<b>57.005</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>166.831</b>	<b>137.618</b>	<b>166.831</b>	<b>137.618</b>

i) inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.459 (R\$ 135.459 em 31 de dezembro de 2015), que constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Este crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2016		30/09/2015		30/09/2016		30/09/2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado contábil antes do IR e da CS</b>	(221.161)	(221.161)	(173.566)	(173.566)	(221.112)	(221.112)	(173.566)	(173.566)
<b>Adições/(Exclusões) Permanentes:</b>	(68.329)	(68.329)	(17.577)	(17.577)	(68.804)	(68.804)	(13.775)	(13.775)
Adições permanentes	6.847	6.847	741	741	6.372	6.372	741	741
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.921	5.921			5.446	5.446		
Outras Adições	926	926	741	741	926	926	741	741
<b>Exclusões permanentes</b>	(75.177)	(75.177)	(18.317)	(18.317)	(75.177)	(75.177)	(14.515)	(14.515)
Resultado de Equivalência Patrimonial			(18.256)	(18.256)			(14.454)	(14.454)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(75.177)	(75.177)	7	7	(75.177)	(75.177)	7	7
Dividendos / JSCP Recebidos			(69)	(69)			(69)	(69)
<b>Adições/(Exclusões) Temporárias:</b>	8.651	8.651	26.317	26.317	8.651	8.651	26.317	26.317
Adições temporárias:	13.336	13.336	27.103	27.103	13.336	13.336	27.103	27.103
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	10.466	10.466	16.115	16.115	10.466	10.466	16.115	16.115
Provisão PISP	2.238	2.238	2.999	2.999	2.238	2.238	2.999	2.999
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	631	631			631	631		
Provisão - Eletronorte			7.333	7.333			7.333	7.333
Outras Adições			656	656			656	656
<b>Exclusões temporárias:</b>	(4.684)	(4.684)	(786)	(786)	(4.684)	(4.684)	(786)	(786)
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.198)	(4.198)	(786)	(786)	(4.198)	(4.198)	(786)	(786)
Outras Exclusões	(486)	(486)			(486)	(486)		
<b>Base de Cálculo Negativa</b>	(280.839)	(280.839)	(164.826)	(164.826)	(281.265)	(281.265)	(161.024)	(161.024)
<b>Tributos de Controlada:</b>								
Imposto de Renda Corrente					36			
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - Corrente						13		
<b>Total - Tributos Correntes</b>					36	13		

**8.1. Créditos fiscais diferidos e não registrados**

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	51.414	49.847	18.086	17.945
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	222		20	
Provisão PISP	22.119	21.559	7.810	7.760
Prejuízo fiscal/base negativa	122.981	122.981	44.273	44.273
<b>Total</b>	<b>196.736</b>	<b>194.387</b>	<b>70.189</b>	<b>69.978</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IRPJ) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base (CSLL).

**9 DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	4.296	29.937	34.232	3.461	28.184	31.645
Trabalhista	2.299	273	2.572	2.165	192	2.357
Tributária	35	1.265	1.301	34	1.180	1.214
<b>Total</b>	<b>6.630</b>	<b>31.475</b>	<b>38.105</b>	<b>5.660</b>	<b>29.556</b>	<b>35.216</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.588</b>	<b>29.880</b>	<b>34.468</b>	<b>5.400</b>	<b>28.137</b>	<b>33.537</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.042</b>	<b>1.595</b>	<b>3.637</b>	<b>260</b>	<b>1.419</b>	<b>1.679</b>

**9.1 Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.659</b>
Adições Líquidas	6.839
Resgate - Provisões para Riscos Prováveis	(12)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(6.845)
Atualização – Encargos Financeiros	989
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>6.630</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.588</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.042</b>

**9.2 Movimentação dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>29.557</b>
Adições Líquidas	519
Baixas - Provisões para Contingências	(426)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(3)
Atualização – Encargos Financeiros	1.828
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>31.475</b>
<b>Circulante</b>	<b>29.880</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.595</b>

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

**10 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS****10.1 Valores a receber de Colaboradores cedidos**

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e 2015, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS as entidades governamentais estão apresentados no quadro a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	25.282	24.625
Órgãos Governamentais	6.364	6.710
<b>Total</b>	<b>31.646</b>	<b>31.335</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.529</b>	<b>10.717</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>20.117</b>	<b>20.618</b>

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também está incluso a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16.954 (R\$ 20.618 em 31 dezembro de 2015).

**10.2 Outros valores realizáveis**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b> Reapresentado	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b> Reapresentado
Cauções e Retenções	414	1.749	6.017	8.058
Adiantamento a Empregados	1.899	1.080	1.899	1.080
Créditos com Fornecedores	3.060	3.055	3.060	3.055
Outros	3.468	8.577	2.896	2.893
<b>Total</b>	<b>8.841</b>	<b>14.461</b>	<b>13.872</b>	<b>15.086</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.249</b>	<b>8.777</b>	<b>13.853</b>	<b>15.086</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>592</b>	<b>5.684</b>	<b>19</b>	<b>-</b>

**11 DIVIDENDOS A RECEBER**

No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 10.362 em 31 de dezembro de 2015). No segundo trimestre de 2016, a coligada VISIONA, reverteu os dividendos declarados no final do exercício de 2015 no montante de R\$ 10.011 conforme deliberação dos acionistas e reconheceu uma Reserva Especial de Dividendos no mesmo valor da reversão no Patrimônio Líquido.

**12 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	26.374	24.293
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	23.507	21.592
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	1.729	1.442
<b>Total</b>	<b>51.610</b>	<b>47.327</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.729</b>	<b>1.442</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>49.881</b>	<b>45.885</b>

(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 21).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 23).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia – Finam e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

## 13 INVESTIMENTOS

### 13.1 Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

**TELEBRAS COPA S.A.** (“TELEBRAS COPA” ou Controlada): sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados.

O capital social subscrito é de R\$ 100 e foi integralizado em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 10% (R\$ 10) em 7 de fevereiro de 2013 e o restante 90% (R\$ 90) integralizado em 20 de junho de 2013.

A controlada funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 7 de fevereiro de 2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que do ponto de vista da controlada os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31 de outubro de 2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer em 2016 conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de março de 2016 (Nota Explicativa 1.2).

**VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A.** (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CABOS BRASIL EUROPA S.A. (“CABOS BRASIL” ou coligada)**, é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que a Telebras é detentora de 35% do capital total, sendo que o restante 65% pertence à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

Em junho de 2016, o capital social da coligada foi aumentado para R\$ 7.100 (7.100.000 ações ordinárias), um acréscimo de R\$ 3.600, cabendo a Telebras um aporte de R\$1.260 correspondente a sua participação societária de 35% no capital social da coligada.

**13.2 Composição dos Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	74.207	84.475	45.438	55.231

**13.3 Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial**

Investidas	Controladora						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS		30/09/2016	31/12/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	90.576	49,00	49,00	4.900.000		44.382	54.311
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1		28.769	29.244
Cabos Brasil Europa S.A	7.100	3.018	35,00	35,00	1.225.000		1.056	920
<b>Total</b>							<b>74.207</b>	<b>84.475</b>

Investidas	Consolidado						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS		30/09/2016	31/12/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	90.576	49	49	4.900.000		44.382	54.311
Cabos Brasil Europa S.A	7.100	3.018	35	35	1.225.000		1.056	920
<b>Total</b>							<b>45.438</b>	<b>55.231</b>

**13.4 Informações econômicas e financeiras resumidas**

Investidas	30/09/2016			31/12/2015		Receita Líquida 30/09/2015
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	133.897	43.321	53.991	233.096	122.258	59.100
Telebras Copa S.A	29.361	590	-	34.928	5.684	-
Cabos Brasil Europa S.A	3.149	131	-	2.903	525	-

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**13.5 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(8.821)	(4.322)	29.496	14.454
Telebras Copa S.A	(475)	(475)	3.802	3.802
Cabos Brasil Europa S.A	(2.961)	(1.124)	-	-
<b>Total</b>	<b>(12.257)</b>	<b>(5.921)</b>	<b>33.298</b>	<b>18.256</b>

**13.6 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora			
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>54.311</b>	<b>29.244</b>	<b>920</b>	<b>84.475</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(4.322)	(475)	(1.037)	(5.834)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior			(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(10.512)			(10.512)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905			4.905
Integralização de Capital Social			1.260	1.260
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>44.382</b>	<b>28.769</b>	<b>1.056</b>	<b>74.207</b>

Investidas	Consolidado		
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>54.311</b>	<b>920</b>	<b>55.231</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(4.322)	(1.037)	(5.359)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício Anterior		(87)	(87)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(10.512)		(10.512)
Reversão de Dividendos Declarados para Reserva de Lucros	4.905		4.905
Integralização de Capital Social		1.260	1.260
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>44.382</b>	<b>1.056</b>	<b>45.438</b>

**13.7 Informações contábeis das controladas e coligadas****13.7.1 Visiona Tecnológica Espacial S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	63.538	93.042
Não Circulante	71.037	140.054
Realizável a Longo Prazo	17.857	10.272
Investimento	48.615	124.601
Imobilizado	4.038	4.330
Intangível	527	851
<b>Total</b>	<b>134.575</b>	<b>233.096</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	43.322	122.258
Não Circulante	678	-
Patrimônio Líquido	90.575	110.838
<b>Total</b>	<b>134.575</b>	<b>233.096</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Demonstração do Resultado do Período</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>53.991</b>	<b>59.100</b>
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(53.508)	(50.241)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>483</b>	<b>8.859</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(17.215)	(12.180)
Equivalência Patrimonial	6.819	34.123
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(9.913)</b>	<b>30.802</b>
Resultado Financeiro	(5.710)	3.716
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(15.623)</b>	<b>34.518</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.802	(5.022)
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período</b>	<b>(8.821)</b>	<b>29.496</b>

**13.7.2 Telebras Copa S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	29.361	34.928
<b>Total</b>	<b>29.361</b>	<b>34.928</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	18	-
Não Circulante	574	5.684
Patrimônio Líquido	28.769	29.244
<b>Total</b>	<b>29.361</b>	<b>34.928</b>

<b>Demonstração do Resultado do Período</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)	(13)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(593)</b>	<b>-</b>
Resultado Financeiro	168	3.815
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(425)</b>	<b>3.815</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)	-
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período</b>	<b>(475)</b>	<b>3.802</b>

**13.7.3 Cabos Brasil Europa S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	952	2.126
Não Circulante	2.197	777
Investimento	2.128	733
Imobilizado	69	44
<b>Total</b>	<b>3.149</b>	<b>2.903</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	131	525
Patrimônio Líquido	3.018	2.378
<b>Total</b>	<b>3.149</b>	<b>2.903</b>

<b>Demonstração do Resultado do Período</b>	<b>30/09/2016</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.053)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.053)</b>
Resultado Financeiro	92
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(2.961)</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**14 IMOBILIZADO**

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de setembro de 2016 era de R\$ 2.182.081 (R\$ 1.850.122 em 31 de dezembro de 2015).

Até o final do terceiro trimestre de 2016, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 117.227 líquido dos rendimentos de aplicações financeiras.

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado							
	Bens e Instalações em Serviço					Imobilizado em Andamento	Total	
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados			Outros Equipamentos
Custo de Aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.609.319	1.976.955
Aquisições							388.428	388.428
Baixas					(18)			(18)
Saldo em 30 de setembro de 2016	92.365	3.713	66.299	8.379	192.678	4.184	1.997.747	2.365.365
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30.237)	(1.726)	(15.498)	(4.686)	(72.606)	(2.080)		(126.833)
Depreciação e Amortização	(11.339)	(278)	(5.805)	(1.185)	(27.225)	(628)		(46.460)
Baixas					9			9
Saldo em 30 de setembro de 2016	(41.576)	(2.004)	(21.303)	(5.871)	(99.822)	(2.708)		(173.284)
Valor Contábil em 30 de setembro de 2016	50.789	1.709	44.996	2.508	92.856	1.476	1.997.747	2.192.081
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	62.128	1.987	50.801	3.693	120.090	2.104	1.609.319	1.850.122
Taxa Anual de Depreciação	16,40%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%		

**15 INTANGÍVEL**

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houve indicação de o valor contábil dos bens intangíveis estiverem superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de setembro de 2016 era de R\$ 19.272 (R\$ 20.323 em 31 de dezembro de 2015).

Até o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora e Consolidado			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
<b>Custo de Aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.355	3.946	6.877	28.178
Aquisições	890			890
Saldo em 30 de setembro de 2016	18.245	3.946	6.877	29.068
<b>Depreciação Acumulada</b>				



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(7.855)</b>			<b>(7.855)</b>
Depreciação e Amortização	(1.940)			(1.940)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>(9.795)</b>			<b>(9.795)</b>
Valor Contábil em 30 de setembro de 2016	8.450	3.946	6.877	19.273
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	9.500	3.946	6.877	20.323
<b>Taxa de Amortização</b>	<b>20,0%</b>			

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

**16 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 25).

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Salários e Honorários a Pagar	1.399	60
Encargos Sociais a Pagar	12.090	8.057
Benefícios Sociais a Pagar	953	38
Mão-de-Obra Temporária	85	93
<b>Total</b>	<b>14.527</b>	<b>8.248</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.527</b>	<b>8.248</b>

**17 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)**

A Companhia desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 49.060 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 47.786 em 31 de dezembro de 2015). A movimentação do PISP no período está apresentada no quadro a seguir:

	30/09/2016
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>47.786</b>
Atualização da Provisão - Reconhecida no Resultado	2.238
Atualização da Provisão - Reconhecida no Ativo	1.248
Baixas por Pagamento no Período	(2.212)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>49.060</b>

**18 FORNECEDORES**

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores de Operação	9.574	13.319
Fornecedores de Expansão	32.482	265.151
<b>Total</b>	<b>42.056</b>	<b>278.470</b>
<b>Circulante</b>	<b>42.056</b>	<b>278.470</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A redução em fornecedores de expansão no período comparado ocorreu em função dos pagamentos realizados a coligada VISIONA por serviços prestados no projeto SGDC.

**19 TRIBUTOS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ			3	
CSLL			15	
COFINS	307	239	307	239
PIS	64	52	64	52
FUST	42	44	42	44
FUNTEL	21	23	21	23
Taxas Federais	1.903	2.130	1.903	2.130
Tributos Federais - Parcelamento	434	434	434	434
<b>Tributos Federais</b>	<b>2.771</b>	<b>2.922</b>	<b>2.789</b>	<b>2.922</b>
ICMS	4.843	5.243	4.843	5.243
<b>Tributos Estaduais</b>	<b>4.843</b>	<b>5.243</b>	<b>4.843</b>	<b>5.243</b>
ISS	(20)	9	(20)	9
<b>Tributos Municipais</b>	<b>(20)</b>	<b>9</b>	<b>(20)</b>	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>7.594</b>	<b>8.174</b>	<b>7.612</b>	<b>8.174</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.160</b>	<b>7.740</b>	<b>7.178</b>	<b>7.740</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>434</b>	<b>434</b>	<b>434</b>	<b>434</b>

**20 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEIS E FISCAIS**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

**20.1 Provisão para riscos prováveis****20.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	32.906	4.296	28.610	98.061	3.461	94.600
Trabalhista	8.607	2.299	6.308	7.879	2.165	5.714
Tributária	972	35	937	2.808	34	2.774
<b>Total</b>	<b>42.485</b>	<b>6.630</b>	<b>35.855</b>	<b>108.748</b>	<b>5.660</b>	<b>103.088</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.089</b>	<b>4.588</b>	<b>12.501</b>	<b>14.140</b>	<b>5.400</b>	<b>8.740</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>25.396</b>	<b>2.042</b>	<b>23.354</b>	<b>94.608</b>	<b>260</b>	<b>94.348</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20.1.2 Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza das Ações:	Controladora e Consolidado			
	30/09/2016		30/09/2016	31/12/2015
	Provisões	Depósitos	Líquido	
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>Cíveis</b>				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.476	3.388	88	567
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	20.983	-	20.983	87.593
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	1.734	-	1.734	1.508
Outros Processos	6.713	908	5.805	4.932
<b>Total</b>	<b>32.906</b>	<b>4.296</b>	<b>28.610</b>	<b>94.600</b>
<b>Trabalhistas</b>				
Ganhos de Produtividade	2.264	26	2.238	2.042
Readmissão de Pessoal	1.907	1.742	165	132
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	113	74	39	34
Responsabilidade Subsidiária	1.496	247	1.249	1.137
Outros Processos	2.827	210	2.616	2.369
<b>Total</b>	<b>8.607</b>	<b>2.299</b>	<b>6.308</b>	<b>5.714</b>
<b>Tributárias</b>				
Outros Processos	972	35	937	2.774
<b>Total</b>	<b>972</b>	<b>35</b>	<b>937</b>	<b>2.774</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>42.485</b>	<b>6.630</b>	<b>35.855</b>	<b>103.088</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.089</b>	<b>4.588</b>	<b>12.501</b>	<b>8.740</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>25.396</b>	<b>2.042</b>	<b>23.354</b>	<b>94.348</b>

**20.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>108.748</b>
Adições Líquidas	57
Transferência por Acordo Judicial - FUNCEF	(66.080)
Reversão de Provisões	(3.805)
Pagamentos	(6.845)
Atualizações – Encargos Financeiros	10.410
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>42.485</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.089</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>25.396</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

**20.2 Provisão para riscos possíveis (Passivos Contingentes)**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2016, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Valor	
	30/09/2016	31/12/2015
Cível	31.667	28.049
Trabalhista	3.195	2.800
Tributária	23.460	22.068
<b>Total</b>	<b>58.322</b>	<b>52.917</b>

**20.2.1 Natureza das ações judiciais**

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza das Ações:	Valor	
	30/09/2016	31/12/2015
<b>Cíveis</b>		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.346	7.205
Ilegalidade na Venda de Ações	3.380	3.162
Execução Fiscal	18.286	15.899
Outros Processos	1.655	1.783
<b>Total</b>	<b>31.667</b>	<b>28.049</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Reconhecimento de Direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	0	77
Responsabilidade Subsidiária	842	589
Progressão Salarial	241	265
Outros Processos	2.112	1.869
<b>Total</b>	<b>3.195</b>	<b>2.800</b>
<b>Tributárias</b>		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	21.074	20.815
Pagamento de Diferença Referente à Taxa Referencial do Exercício de 1996	1.061	1.225
Diversas Origens	1.325	28
<b>Total</b>	<b>23.460</b>	<b>22.068</b>
<b>Total Geral</b>	<b>58.322</b>	<b>52.917</b>

**21 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS**

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015 Reapresentado</b>
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	147.387	145.666
Acordo Judicial FUNCEF	59.798	
<b>Total</b>	<b>342.734</b>	<b>281.215</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.434</b>	<b>4.250</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>330.300</b>	<b>276.965</b>

**21.1 Movimentação no Período**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>281.215</b>
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	20.000
Amortização do Principal	(7.685)
Pagamento de Juros	(16.876)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>342.734</b>

**21.2 Cronograma de Pagamento**

	<b>PREVI</b>	<b>FUNCEF</b>	<b>Total</b>
2017	12.108	326	12.434
2018	10.165	4.102	14.267
2019	10.165	4.102	14.267
2020	10.165	4.102	14.267
2021 em diante	104.784	47.166	151.950
<b>Total</b>	<b>147.387</b>	<b>59.798</b>	<b>207.185</b>

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda. em função do saldo de R\$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 7).

**21.3 Descrição Resumida dos Termos dos Acordados****21.3.1 VT UM Produções e Empreendimento Ltda**

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 a 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM

(ii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM, da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2016, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2015), Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

### **21.3.2 Acordo Judicial PREVI**

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416 com carência de 24 meses será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

### 21.3.3 Acordo Judicial FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação é de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais com data prevista para pagamento em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo prever entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prever, que em caso de atraso do sinal e das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% prevista no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

## 22 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.886.032 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.320.458 em 31 de dezembro de 2015), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás, no momento, aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016, a Telebrás encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 30 de setembro de 2016 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Constituição Telebras Copa S/A	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
AFAC Recebidos	1.244.932	416.420	101.962	5.000	7.757	1.776.071
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A		(300.000)				(300.000)
Correção Monetária	238.307	114.822	48.734	447	7.651	409.961
<b>Total</b>	<b>1.483.239</b>	<b>231.242</b>	<b>150.696</b>	<b>5.447</b>	<b>15.408</b>	<b>1.886.032</b>



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	7.350	3.496
Juros	611	622
<b>Total</b>	<b>248.341</b>	<b>244.498</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.526</b>	<b>622</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>244.815</b>	<b>243.876</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>244.498</b>
Atualização Monetária	3.854
Juros Incorridos no Período	5.544
Juros Pagos	(5.555)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>248.341</b>

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
2016	611
2017	2.914
2018	34.974
2019	34.974
2020	34.974
2021 em diante	139.894
<b>Total</b>	<b>248.341</b>

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente, centralizadora mantida junto ao Interviente Arrecadador, Banco do

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

**24 RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 489.360 (R\$ 390.600 em 31 de dezembro de 2015) que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

**25 OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	119	76
Retenções Passivas Tributárias	6.109	7.074
Outras Obrigações	16.691	16.152
<b>Total</b>	<b>22.920</b>	<b>23.303</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.442</b>	<b>8.311</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>15.478</b>	<b>14.992</b>

**26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO****26.1 Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2016, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2015), composto de 11.844.270 (118.442.718 em 31 de dezembro de 2015 antes do grupamento de ações) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
<b>Capital total em ações</b>		
Ordinárias	9.743.971	9.743.971
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
<b>Total (A)</b>	<b>11.844.270</b>	<b>11.844.270</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ordinárias	193	193
<b>Total (B)</b>	<b>193</b>	<b>193</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ordinárias	9.743.777	9.743.777
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
<b>Total (A-B)</b>	<b>11.844.076</b>	<b>11.844.076</b>
<b>Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>(450.158)</b>	<b>(218.760)</b>
<b>Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)</b>	<b>(38,0070)</b>	<b>(18,4700)</b>



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está rerepresentando o valor patrimonial por ação de 31 de dezembro de 2015 com objetivo de manter a comparabilidade dos valores devido ao grupamento de ações.

### **26.1.1 Grupamento de ações**

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

### **26.2 Dividendos**

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

### **26.3 Ajuste de avaliação patrimonial**

A Companhia tem reconhecido nesta rubrica o ganho da avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros de ativos financeiros disponíveis para venda, que é representado por investimento em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam. No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou ganho decorrente da variação do valor justo destes investimentos de R\$ 277. O resultado acumulado destes investimentos até 30 de setembro de 2016 registra uma perda de R\$ 426 (R\$ 701 em 31 de dezembro de 2015).

Outro evento que a Companhia tem reconhecido nesta rubrica é o resultado da equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da coligada VISIONA, cujo resultado registrado até 30 de setembro de 2016 é um ganho de R\$ 7.133 (R\$ 17.645 em 31 de dezembro de 2015).

### **26.4 Ações em tesouraria**

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

### **26.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

#### **Básico**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

**Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(68.794)</b>	<b>(53.332)</b>	<b>(221.161)</b>	<b>(173.566)</b>
<b>Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação</b>				
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(56.601)	(43.879)	(181.961)	(142.802)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(12.193)	(9.453)	(39.200)	(30.764)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	9.743	9.743	9.743	9.743
Ações preferenciais – básicas e diluídas	2.100	2.100	2.100	2.100
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(5,80883)	(4,50325)	(18,67441)	(14,65558)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(5,80883)	(4,50325)	(18,67441)	(14,65558)

A Companhia está reapresentando o valor do prejuízo por ação básico e diluído referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015 com objetivo de manter a comparabilidade dos valores devido ao grupamento de ações.

**27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Serviço de Comunicação e Multimídia	18.390	17.016	51.673	39.130
Aluguéis e Locações (i)	1.759	4.231	5.239	6.016
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>20.149</b>	<b>21.247</b>	<b>56.912</b>	<b>45.146</b>
Tributos sobre Receita	(5.806)	(5.597)	(16.442)	(12.451)
Descontos Concedidos	(1.089)	(132)	(1.394)	(157)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(6.895)</b>	<b>(5.729)</b>	<b>(17.836)</b>	<b>(12.608)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>13.254</b>	<b>15.518</b>	<b>39.076</b>	<b>32.538</b>

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**28 DESPESAS POR NATUREZA**

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(17.101)	(12.735)	(17.101)	(12.735)
Serviços de Terceiros	(16.166)	(14.946)	(16.166)	(14.958)
Depreciação e Amortização	(16.118)	(16.141)	(16.118)	(16.141)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(13.932)	(13.369)	(13.932)	(13.369)
Tributos	(306)	(217)	(306)	(218)
Material	(58)	(38)	(58)	(38)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	74	-	74	-
<b>Total</b>	<b>(63.607)</b>	<b>(57.446)</b>	<b>(63.607)</b>	<b>(57.459)</b>
<b>Classificado como:</b>				
Custo dos Serviços Prestados	(42.933)	(40.639)	(42.933)	(40.639)
Comercialização dos Serviços	(5.346)	(4.111)	(5.346)	(4.111)
Despesas Gerais e Administrativas	(15.328)	(12.696)	(15.328)	(12.709)

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(51.733)	(38.076)	(51.733)	(38.076)
Serviços de Terceiros	(48.824)	(43.769)	(48.824)	(43.782)
Depreciação e Amortização	(48.391)	(48.415)	(48.391)	(48.415)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(42.902)	(36.146)	(42.902)	(36.145)
Tributos	(1.331)	(800)	(1.331)	(801)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(166)	-	(166)	-
Material	(96)	(140)	(96)	(140)
<b>Total</b>	<b>(193.443)</b>	<b>(167.346)</b>	<b>(193.443)</b>	<b>(167.359)</b>
<b>Classificado como:</b>				
Custo dos Serviços Prestados	(129.265)	(116.608)	(129.265)	(116.608)
Comercialização dos Serviços	(16.232)	(10.498)	(16.232)	(10.498)
Despesas Gerais e Administrativas	(47.946)	(40.240)	(47.946)	(40.253)

**29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS**

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Receitas Gerais e Administrativas	6		6	
Reversão de Prov. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.133	39	2.133	39
Multas sobre Ativos	49		49	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	15	3	15	3
<b>Total</b>	<b>2.203</b>	<b>42</b>	<b>2.203</b>	<b>42</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Pessoal	(118)	(126)	(118)	(126)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13)		(13)	
Patrocínios	(437)	(116)	(437)	(116)
Tributos	(3)	(5)	(3)	(5)
Multas - Fornecedores	(124)		(124)	
Multas sobre Tributos	130	(20)	130	(20)
Perdas Estimadas sobre Ativo	(1)	(339)	(1)	(339)
<b>Total</b>	<b>(566)</b>	<b>(606)</b>	<b>(566)</b>	<b>(606)</b>
<b>Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas</b>	<b>1.637</b>	<b>(564)</b>	<b>1.637</b>	<b>(564)</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Receitas Gerais e Administrativas	13	32	13	32
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.198	787	4.198	787
Multas sobre Ativos	55		55	
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	15	11	15	11
<b>Total</b>	<b>4.281</b>	<b>830</b>	<b>4.281</b>	<b>830</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Pessoal	(507)	(199)	(507)	(199)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(57)	(2.962)	(57)	(2.962)
Patrocínios	(922)	(629)	(922)	(629)
Tributos	(23)	(64)	(23)	(64)
Multas - Pessoal Contratado		(29)		(29)
Multas - Fornecedores	(144)	(7)	(144)	(7)
Multas sobre Tributos	(3.165)	(75)	(3.165)	(75)
Multas sobre Cauções			(594)	
Perdas Estimadas sobre Ativo	(4)	(656)	(4)	(656)
Outras Despesas Operacionais		(61)		(61)
<b>Total</b>	<b>(4.822)</b>	<b>(4.682)</b>	<b>(5.416)</b>	<b>(4.682)</b>
<b>Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas</b>	<b>(541)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(1.135)</b>	<b>(3.852)</b>

**30 RESULTADO FINANCEIRO**

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	1.911	2.182	1.911	2.330
Juros sobre Contas a Receber	230	64	230	64
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.472	782	1.472	782
Juros sobre Capital Próprio	21		21	
Tributos sobre Receitas Financeiras	(310)		(310)	
<b>Subtotal</b>	<b>3.324</b>	<b>3.028</b>	<b>3.324</b>	<b>3.176</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(13.529)	(15.825)	(13.529)	(15.825)
Juros sobre Tributos	49	(1)	49	(1)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(911)	(3.896)	(911)	(3.896)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos		2.462		2.462
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(574)	(1.791)	(574)	(1.791)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)		(1)	
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos		973		973
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(5.417)	(2.544)	(5.417)	(2.544)
<b>Subtotal</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(20.622)</b>	<b>(20.383)</b>	<b>(20.622)</b>
<b>Variação Cambial, Líquida</b>		<b>(4)</b>		<b>(4)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(17.059)</b>	<b>(17.598)</b>	<b>(17.059)</b>	<b>(17.450)</b>

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	6.907	5.533	7.053	9.348
Juros sobre Contas a Receber	446	212	445	212
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.819	2.519	2.819	2.519



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	53		76	
Juros sobre Capital Próprio	21	36	21	36
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.040)		(1.040)	
<b>Subtotal</b>	<b>9.206</b>	<b>8.300</b>	<b>9.374</b>	<b>12.115</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre Obrigações com Pessoal		(4)		(4)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(37.947)	(30.432)	(37.947)	(30.432)
Juros sobre Tributos	(913)	(30)	(913)	(30)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.462)	(7.565)	(5.462)	(7.565)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.948)	(6.261)	(4.948)	(6.261)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(267)		(267)	
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(20.000)	(17.224)	(20.000)	(17.224)
<b>Subtotal</b>	<b>(69.537)</b>	<b>(61.516)</b>	<b>(69.537)</b>	<b>(61.516)</b>
<b>Variação Cambial, Líquida</b>	<b>(1)</b>	<b>54</b>	<b>(1)</b>	<b>54</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(60.332)</b>	<b>(53.162)</b>	<b>(60.164)</b>	<b>(49.347)</b>

**31 PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO****31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

**1. PBS – A**

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.



## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

### 2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 30 de setembro de 2016, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

#### PBS - TELEBRAS e PBS – A

	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	351.870	327.397	9.062.612	8.623.302
Outros Exigíveis	10.607	9.616	469.484	403.036
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>362.477</b>	<b>337.013</b>	<b>9.532.096</b>	<b>9.026.338</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>409.348</b>	<b>379.125</b>	<b>11.291.151</b>	<b>10.397.226</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>46.871</b>	<b>42.112</b>	<b>1.759.055</b>	<b>1.370.888</b>

### 3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	3.244.587	3.247.905
Outros Exigíveis	65.809	62.630
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>3.310.396</b>	<b>3.310.535</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>3.621.919</b>	<b>3.393.760</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>311.523</b>	<b>83.225</b>

**4. TELEBRAS PREV**

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, está no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	30/09/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	679.098	631.099
Outros Exigíveis	7.766	7.318
<b>Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis</b>	<b>686.864</b>	<b>638.417</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>761.728</b>	<b>700.988</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>74.864</b>	<b>62.571</b>

**31.2 Contribuições do patrocinador**

No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

	Planos	
	PBS TELEBRAS	TELEBRAS PREV
<b>Contribuições:</b>		
Contribuição Empresa		1.070
Contribuição Assistencial	31	
Taxa Administrativa		110
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>1.180</b>

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 23 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

**32 PARTES RELACIONADAS****32.1 Controlador final**

A Companhia é controlada pela União Federal.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**32.2 Pessoal chave da Administração**

A Companhia e sua controlada não possuem transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remunerações	1.149	932	3.285	2304
Benefícios de Curto Prazo	211	163	528	402
<b>Total</b>	<b>1.360</b>	<b>1.095</b>	<b>3.813</b>	<b>2.706</b>

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

**32.3 Transações com partes relacionadas****32.3.1 Controladora**

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Balanco Patrimonial</b>							
<b>Valores a Receber</b>							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	285	198				
	Demais Entidades (i)	3.800	1.276				
b) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	573	5.684				
c) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				
<b>Imobilizado</b>							
d) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	110.206	71.535				
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	7.021	9.342				
<b>Contas a Pagar</b>							
f) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
g) Empréstimos	FINEP			248.341	244.498		
h) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.886.032	1.320.458				
Demonstração de Resultado							
i) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					1.755	1.147
	Demais Entidades					7.663	8.134
j) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(37.947)	(30.432)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal; e outros.

a) Representa valores a receber da prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado;

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Representa pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas;

c) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

d) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a FINEP, conforme item (g) abaixo.

f) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

g) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

h) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia;

i) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

j) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

**32.3.2 Consolidado**

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Balanco Patrimonial</b>							
<b>Valores a Receber</b>							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	22.632	22.545				
	Demais Entidades	3.800	1.276				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	10.362				

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Imobilizado</b>							
c) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	110.206	71.535				
d) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	7.021	9.342				
<b>Contas a Pagar</b>							
e) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
f) Empréstimos	FINEP			248.341	244.498		
g) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.886.032	1.320.458				
Demonstração de Resultado							
h) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					1.755	1.147
	Demais Entidades					7.663	8.134
i) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(37.947)	(30.432)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal; e outros.

a) Representa valores a receber da prestação do serviço de comunicação multimídia (Internet) de entidades governamentais, além do saldo a receber do contrato celebrado entre a TELEBRAS COPA e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, referente a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia no montante de R\$ 22.437. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

d) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a FINEP, conforme item (f) abaixo.

e) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

f) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o





## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

g) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia;

h) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

i) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

### 33 OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 33.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 30 de setembro de 2016, o quadro de pessoal da Telebras era composto conforme segue:

Empregados	Quantidade	
	30/09/2016	30/09/2015
Efetivos	271	213
"Ad Nutum" (Livre Nomeação e Exoneração)	58	82
Requisitados	2	2
Cedidos	64	70
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>367</b>

#### 33.2 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de setembro, foram de R\$ 23.863,90 e R\$ 2.212,27 (Reais) respectivamente (R\$ 24.975,69 e R\$ 2.012,43 (Reais) em dezembro de 2015, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 10.074,20 (Reais) (R\$ 13.493,56 (Reais) em dezembro de 2015).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de setembro de 2016, foi de R\$ 38.748,78 (Reais) (R\$ 38.748,78 (Reais) em dezembro de 2015).

### 34 EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 34.1 Autorização para aumento de capital

Em 19 de outubro de 2016, a Telebras foi autorizada através de Decreto de 19 de outubro de 2016 a efetuar aumento do seu capital social com emissão de novas ações, mediante créditos da União derivados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) efetuados nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, no montante de R\$ 846.727, além do saldo residual de capitalizações anteriores no montante de R\$ 7.757, acrescidos de valores relativos a atualização monetária, calculadas com base na taxa SELIC.



## **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **34.2 Abertura de crédito suplementar**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através portaria nº 317 de 27 de outubro de 2016 e publicada no Diário Oficial em 28 de outubro de 2016, liberou crédito suplementar para o pagamento do desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégica (SGDC) brasileiro no valor de R\$ 291.108.

**Brasília DF, 7 de novembro de 2016**

**ANTONIO KLINGER LOSS LEITE**  
DIRETOR PRESIDENTE

**JARBAS JOSÉ VALENTE**  
Diretoria Técnico-  
Operacional

**ALEX SANDRO NUNES DE  
MAGALHÃES**  
Diretoria Comercial

**PAULO FERREIRA**  
Diretoria Administrativo-  
Financeira e de Relações com  
Investidores

**MAURY CAETANO DE OLIVEIRA**  
Contador CRC/DF 6.147